



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Rubio diz que Brasil pode receber ajuda dos EUA no combate ao narcotráfico

Reprodução/Casa Branca



O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, afirmou que o governo de Donald Trump pretende ampliar sua influência na América do Sul diante de uma “nova onda de governos pró-EUA”. Em documento enviado ao Congresso norte-americano, Rubio citou o Brasil entre os países que poderão receber assistência na área de segurança, combate ao narcotráfico e enfrentamento ao crime organizado.

A declaração consta na proposta orçamentária do Departamento de Estado para o ano fiscal de 2027. No texto, Rubio afirma que Washington vê uma “oportunidade geracional” para aprofundar a cooperação policial e ações contra organizações criminosas transnacionais na América do Sul, como o Comando Vermelho (CV) e o PCC.

O trecho integra ações coordenadas pelo Departamento de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei (INL), órgão do Departamento de Estado responsável por programas internacionais de combate ao narcotráfico, crime organizado e cooperação policial.

“Na América do Sul, o INL aproveitará uma oportunidade geracional para fortalecer laços com a onda de novos governos pró-EUA”, afirma o documento obtido pela coluna, assinado por Rubio.

Segundo o texto, os Estados Unidos pretendem “expandir a

Rubio afirma que Trump pretende ampliar influência dos EUA na América Latina

cooperação policial e antidrogas” para enfrentar ameaças relacionadas ao narcotráfico, organizações criminosas transnacionais e produção de drogas na região.

Na sequência, o relatório cita o Brasil entre os países que poderão receber o auxílio norte-americano. “Assistência poderá ser fornecida a: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai”, registra a proposta enviada ao Congresso.

De acordo com o governo dos EUA, US\$ 535 milhões (cerca de R\$ 2,77 bilhões) serão destinados a programas de combate ao tráfico de drogas, enfrentamento ao crime organizado, controle de precursores químicos usados na fabricação de entorpecentes e cooperação entre forças de segurança.

“O INL financiará programas, incluindo muitos implementados

por agências de aplicação da lei dos EUA, para fornecer a parceiros estrangeiros conhecimento técnico, treinamento e equipamentos destinados a detectar e interromper o tráfico ilícito de drogas, o contrabando de migrantes para os Estados Unidos e combater interferências malignas em territórios de países parceiros”, detalha Rubio.

Influência na América Latina

A proposta também reforça a estratégia do governo Trump de ampliar a influência política e econômica dos EUA na América Latina. Em outro trecho, o Departamento de Estado estabelece como prioridade “combater e reverter a influência de competidores no Hemisfério Ocidental” e “suprimir gangues e cartéis narcoterroristas”.

O documento também afirma que programas ligados à política externa norte-americana terão como objetivo ampliar a presença estratégica dos Estados Unidos no mundo. “Os programas capacitarão os americanos com redes e habilidades estrangeiras críticas para avançar a dominância dos EUA no comércio, tecnologia e segurança, a fim de expandir a influência dos EUA globalmente”, diz o texto.

A proposta orçamentária ainda reduz recursos para organismos multilaterais e programas tradicionais de ajuda externa. Ao mesmo tempo, amplia investimentos voltados à segurança internacional, combate ao narcotráfico e interesses estratégicos dos EUA na região.

André Mendonça mantém decisão que desobriga investigados a depor na CPMI do INSS

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve o entendimento da Corte que permite a investigados faltarem a depoimentos em CPIs quando forem convocados oficialmente como testemunhas. A decisão foi tomada após recurso apresentado pela CPMI do INSS, encerrada em março deste ano.

Na prática, o STF preservou decisão anterior da Segunda Turma que considerou facultativo o comparecimento de uma pessoa convocada pela CPMI do INSS. Os ministros entenderam que, embora ela tivesse sido chamada formalmente como testemunha, era tratada pela comissão como investigada.

O entendimento do Supremo é que o direito de não produzir provas contra si mesmo vai além do silêncio durante o depoimento. Segundo a Corte, o investigado também pode deixar de comparecer e não é obrigado a assumir compromisso de dizer a verdade.

“A jurisprudência do STF afirma que o direito à não autoincriminação abrange não apenas o direito ao silêncio, mas também a faculdade de não comparecer ao ato”, registra Mendonça na decisão.

No recurso, a CPMI do INSS alegou que o STF “enfraqueceu os poderes de investigação” do Congresso ao afastar a aplicação da Lei das CPIs, que prevê con-

vocação obrigatória de testemunhas e investigados.

A comissão também afirmou que não existe entendimento consolidado do Supremo autorizando investigados a faltar depoimentos em CPIs. Mendonça, porém, não analisou esses argumentos porque considerou que o caso perdeu efeito após o encerramento definitivo da comissão.

O magistrado foi o principal relator no STF das ações relacionadas à CPMI do INSS. Ao longo dos trabalhos da comissão, concedeu decisões que limitaram parte das medidas adotadas pelo colegiado e ampliaram garantias a investigados convocados para depor.

Reprodução/Redes sociais



Vorcaro disse que diálogos foram “republicanos”

Vorcaro nega crime em tratativa com Flávio Bolsonaro, mas senador ainda pode ser punido pelo STF

Daniel Vorcaro negou a existência de irregularidade ou prática de crime em suas tratativas com Flávio Bolsonaro para o financiamento do filme Dark Horse, obra biográfica sobre a vida de Jair Bolsonaro.

Segundo a nova versão da delação premiada apresentada por Vorcaro às autoridades, os diálogos com o parlamentar foram “republicanos”. Não houve pedidos ilegais, como a exigência de contrapartidas em contratos públicos ou vantagens indevidas.

Apesar da negação de crime por parte do delator, a situação jurídica de Flávio Bolsonaro ainda pode

se complicar. A coluna apurou que alguns ministros do STF avaliam que o mero ato de um senador da República solicitar financiamento para um projeto privado a um grande empresário pode, por si só, configurar crime de corrupção passiva.

Embora essa tese jurídica seja defendida por uma ala de ministros do STF, ela ainda não é majoritária. Há magistrados que ponderam que a interlocução existente entre o senador e o banqueiro não seria suficiente para caracterizar crime, dado que não teria havido contrapartida ilícita.

PF procura rastro do Master na Bahia

Ainda sobre a delação, Vorcaro citou supostos pagamentos que teriam sido feitos a políticos do PT da Bahia e intermediados pelo empresário Augusto Lima,

que foi sócio do Banco Master até maio de 2024. Investigadores, contudo, não encontraram elementos que comprovem a veracidade da acusação.

39% dos brasileiros querem mandato para ministros do STF; 36% defendem modelo atual

Um levantamento nacional realizado pela Indexa Pesquisas revela que os brasileiros favoráveis à criação de um mandato para ministros do STF superam os que defendem a manutenção do modelo atual. Segundo o estudo, 39% dos entrevistados apoiam a adoção de um prazo, entre 12 e 16 anos, para magistrados permanecerem no Supremo.

Atualmente, os ministros da Corte são indicados pelo presidente da República e, após aprovação do Senado, permanecem no cargo até a aposentadoria compulsória, hoje fixada em 75 anos. Na prática, isso permite que um magistrado permaneça por décadas no tribunal, influenciando decisões que

atravessam diferentes governos e gerações políticas.

De acordo com a pesquisa, 36% dos entrevistados se disseram contrários à mudança e defendem a continuidade do sistema vigente. Outros 15% afirmaram não ter posição definida sobre o tema, enquanto 10% não souberam responder.

O levantamento foi realizado entre os dias 22 e 24 de maio de 2026, por meio de 2 mil entrevistas telefônicas em todas as regiões do Brasil. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, com nível de confiança de 95%. O estudo está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-02154/2026.